

Estrutura e gargalos da economia gaúcha: uma análise a partir da MIP-RS/98 e da PIA-2000*

Carlos Águedo Paiva

*Economista da FEE, Doutor em Economia
pela Unicamp.*

Resumo

Neste artigo, procuramos traçar um perfil da estrutura e dos gargalos (no sentido de limitadores do fluxo de renda) da economia gaúcha a partir de dados disponibilizados pela Pesquisa Industrial Anual (PIA) 2000, do IBGE e, de forma particular, a partir dos dados disponibilizados pela Matriz de Insumo-Produto — 1998 (MIP-RS/98), produzida pela FEE em 2002. A conclusão a que chegamos é que a economia gaúcha apresenta dois gargalos fundamentais. O primeiro encontra-se na carência de um sistema de serviços adequados à ampliação da participação da produção regional nos mercados nacional e internacional. O segundo gargalo encontra-se no baixo multiplicador do investimento, que deriva da baixa integração a montante das cadeias produtivas mais dinâmicas da economia gaúcha. Na seqüência, procuramos identificar as políticas públicas mais adequadas para o alargamento desses gargalos dentro das circunscrições fiscais e financeiras atuais dos Governos Estadual e Federal.

Palavras-chave

Matriz de Insumo-Produto; multiplicador; exportador.

* Este trabalho não teria sido possível sem o concurso de dois economistas da FEE: Adalberto Maia e Alexandre Porsse. Não bastasse haverem coordenado a produção da Matriz de Insumo-Produto do RS, atenderam à demanda da SCP de imputação das importações às categorias de demanda final (Tabela 9) e de cálculo dos multiplicadores do ICMS (última coluna da Tabela 13), enfrentaram e sanaram inúmeras dúvidas e debateram interpretações e conclusões. A ambos os mais sinceros respeitos e agradecimentos do autor.

Abstract

In this paper we intend to construct a profile of Rio Grande do Sul State's economics structure and bottlenecks that limit the state income flow from data made available by the Industrial Annual Research 2000 carried out by IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics) and the Input-Product Matrix 1998 performed by FEE (State Foundation of Economics and Statistics) in 2002. We came to the conclusion that the state economics presents two significant bottlenecks. The first one is the absence of an adequate system of services for the regional production participation enlargement in the national and international markets. The second one is the low investment multiplier, which stems from the low integration before the more dynamic productive networks of Rio Grande do Sul State's economics. Following we tried to identify appropriate public policies for the enlargement of such bottlenecks within the present fiscal and financial circumscriptions of the state and federal governments.

Os originais deste artigo foram recebidos por esta Editoria em 19.11.02.

1 - Introdução: a MIP e os gargalos da economia gaúcha

A Matriz de Insumo-Produto do Rio Grande do Sul, recentemente produzida pela FEE, é o mais importante instrumento de planejamento fornecido por um governo de Estado há anos.

É bem verdade que o Governo Britto nos legou um material da maior importância nos cadernos do RS-2010. Contudo a multiplicidade de objetos, perspectivas e enfoques, assim como a amplitude e a diversidade dos dados tabulados não poderiam deixar de causar uma certa confusão. Não gratuitamente, as conclusões para a política econômica do RS-2010 dialogam muito parcialmente com as informações recebidas. Usualmente, só são valorizadas as informações que reafirmam a hipótese fundante da pesquisa: que é preciso modernizar a base produtiva gaúcha pelo aumento de sua escala e densidade tecnológica.

Nesse sentido, a Matriz de Insumo-Produto é um resultado oposto aos resultados do RS-2010, porque ela não multiplica as informações sobre o Estado, ela as sintetiza. Ela "mapifica" a economia de uma forma muito particular, onde o valor de cada variável é balanceado e, em última instância, determinado pelo conjunto dos demais, pela estrutura produtiva como um todo. Assim, a informação nova que a Matriz de Insumo-Produto oferece é sobre o todo, sobre

a estrutura, o que nos permite questionar essa “estrutura mapificada” com vistas a identificar os seus pontos fracos, seus elos frágeis, seus gargalos econômicos.

A importância da identificação dos gargalos encontra-se no fato de que é para eles — para os limitadores atuais e potenciais do fluxo econômico — que um planejador tem de estar atento. Mais do que isso: seu trabalho é hierarquizar os gargalos e “cronogramar” o enfrentamento dos mesmos, de forma que só os gargalos recebam melhorias e expansão. E isso numa ordem lógica, do menor para o maior, do primeiro ao último, em um fluxo suave e contínuo.

Afinal, como nos ensina Goldratt (1997), qualquer melhoria feita, hoje, em um elo da corrente que não é o mais fraco não aumenta a capacidade de a mesma suportar tensão, porque é o elo mais fraco que define quanto a corrente pode suportar. Aplicar recursos para melhorar os elos que estão semi-ociosos (vale dizer: elos sobre os quais incide uma demanda inferior à sua capacidade de oferta) é absolutamente irracional.¹

Ora, o modelo goldrattiano não é mais do que a aplicação à gestão de padrões sistêmicos de contabilização de benefícios, o que nos abre a porta para a adoção de padrões sistêmicos de análise custo/benefício de programas econômicos². A conclusão inexorável do modelo é a de que a gestão racional de um sistema econômico qualquer — seja uma empresa, seja um sistema social de produção definido regionalmente — é aquela gestão que dirige recursos apenas para os setores-gargalos, cuja ampliação/melhoria libera o fluxo de produção de riqueza. Identificar, hierarquizar e propor políticas de enfrentamento aos gargalos da economia gaúcha é o objetivo das páginas seguintes.

¹ A não ser que se avalie que o adiamento de um certo investimento (que só frutificará no médio prazo) determinará, num espaço de tempo relativamente curto, a emergência de um gargalo intransponível à frente. Nesse caso, o enfrentamento desse(s) gargalo(s) deve começar já, em simultâneo com o enfrentamento daquele(s) gargalo(s) que define(m), **hoje**, o nível de produção. Contudo o bom método recomenda começar a **investigação** pelo principal gargalo de curto prazo. Afinal, é este que nós temos de ampliar primeiro, para acelerar (ou retomar) o crescimento e permitir a manifestação de novos gargalos de curto prazo a serem enfrentados.

² A metodologia de hierarquização de Goldratt pode ser utilizada, igualmente bem, para a hierarquização de programas sociais e, mesmo, para a hierarquização conjunta de programas sociais e econômicos. O único que se necessita é definir o custo (que, a princípio, deve ser o dispêndio governamental com o mesmo) com a mesma unidade de medida dos benefícios (por exemplo, a melhoria das condições de vida dos beneficiários dos programas sociais avaliada monetariamente pelo preço que eles teriam de pagar se dependessem do mercado para obterem os mesmos benefícios).

2 - Os “não-gargalos” da economia gaúcha

Quando se quer identificar e hierarquizar os gargalos de uma estrutura econômica, o primeiro a fazer é descartar alternativas. É preciso descartar o que não pode ser um gargalo por um motivo óbvio: ele sobra!

Ora, a MIP não fornece informações sobre a capacidade instalada da economia e, portanto, sobre subutilizações dessa capacidade, sobre o que “sobra”. Contudo ela nos fornece informação sobre uma “sobra” particularmente importante: a “sobra da poupança”. Nesse particular, o que a MIP-RS/98 informa é que — ao contrário do que pretendem os defensores da atração de empresas a qualquer custo — a “poupança interna” não é um gargalo da nossa economia.

Na verdade, como já se intuía (dados os expressivos saldos comerciais do RS com o Exterior e com o resto do Brasil), nossa poupança interna é significativamente superior ao investimento interno. Mais especificamente, a Matriz de Insumo-Produto revela-nos que a poupança bruta do Estado corresponde a 22,5% da renda disponível bruta. Dessa poupança, apenas 71,5% se destina à acumulação de capital fixo, sendo que os 28,5% restantes dividem-se em formação de estoques (12,9%) e em transferências de capital e financiamento ao resto do mundo 15,6% (Maia Neto, 2002a, tab. 23). Em síntese: o RS é exportador líquido de capitais.

Mas, se o que nos falta para ampliar o investimento não é poupança, os limites do investimento devem se encontrar na carência de oportunidades de investimento lucrativo no plano produtivo interno para os agentes superavitários³. Afinal, se existe um excesso de poupança sobre o investimento, existem fontes internas de financiamento à acumulação. E a necessidade de buscar bases produtivas para enraizar os ganhos financeiros de longo prazo envolve uma pressão de oferta desses recursos por parte dos agentes superavitários. Se essa

³ Esses agentes podem estar privilegiando a esfera de valorização financeira, dadas as elevadas taxas de juros vigentes na economia brasileira. Contudo, como alertam Kalecki (1983, caps. 7-8) e Berstein (1997, cap. 12), a segurança e a rentabilidade só andam juntas, sustentando-se reciprocamente, quando se articula a valorização financeira à valorização produtiva. E isso tanto no plano dos interesses da região quanto no plano dos interesses do capital. Para esses autores (com os quais concordamos), a valorização fictícia não pode **impedir** a acumulação produtiva, se esta apresenta um horizonte de lucratividade positivo, mesmo que inferior ao rendimento especulativo de curto prazo. A base produtiva dá **segurança**. E essa segurança é valiosa diante da incerteza imanente aos mercados de títulos e valores mobiliários.

pressão não se resolve em financiamentos produtivos é porque algum outro “gargalo” deve estar acicatando a acumulação e a produção.⁴

Outra hipótese facilmente descartável é que o gargalo inferior atual seja o infra-estrutural. O RS não passou sequer pelo risco de “apagão” em 2001, ampliou e modernizou suas estradas nos últimos anos e vem recuperando suas importantes hidrovias. Há problemas? Sim, inúmeros. Mas não há qualquer evidência de que esses problemas estejam, hoje, definindo o limite superior da produção corrente. Este não é, pois, o gargalo que buscamos agora: o gargalo “mais apertado”.

Tampouco a taxa de lucro interna parece ser o gargalo fundamental. No plano da rentabilidade, nossa indústria parece estar indo bem, comparativamente ao resto do Brasil.⁵ Pelo menos é o que nos dizem dois indicadores importantes: a taxa média de *mark-up* da nossa indústria *vis-à-vis* à nacional — Tabela 1 —⁶ e o excedente sobre os custos salariais (que corresponde, em preços, à taxa de mais-valia de Marx) — Tabela 2.⁷

⁴ Com isso não estamos negando a existência de graves obstáculos (legais, fiduciários, competitivos e institucionais) no plano da transferência de recursos financeiros excedentários, dos agentes superavitários para os agentes com fluxo de caixa negativo. Apenas o que queremos frisar é que a incapacidade do mercado de lidar com esse problema, **a despeito do excedente de poupança regional sobre a acumulação e de sistemas de créditos especiais para investimento** (que vão do Pronaf ao Reconvertul), sinaliza a existência de outros e “mais apertados” gargalos. Voltaremos a tratar da questão do financiamento enquanto um gargalo secundário (ou “superior”) na última seção deste trabalho.

⁵ As informações sobre a rentabilidade comparada da agricultura e dos serviços em nível nacional ou não são disponíveis, ou são de menor confiabilidade (em função da maior informalidade relativa desses setores). Contudo as informações sobre a indústria disponibilizadas na Pesquisa Industrial Anual 2000, produzida pelo IBGE, permitem-nos todo um conjunto de comparações da rentabilidade de nossa indústria *vis-à-vis* ao Brasil e aos estados mais industrializados da nação.

⁶ Definimos o *mark-up* como a relação entre “receita líquida de vendas/(salários + encargos + custo de matérias-primas, insumos e serviços industriais)”. As informações para a montagem da Tabela 1 e das imediatamente subseqüentes (Tabelas 2, 3, 4 e 5) foram extraídas de uma tabulação especial da PIA adquirida pela Secretaria da Coordenação e Planejamento junto ao IBGE. Essa tabulação encontra-se disponibilizada no **Apêndice Estatístico do Marco Referencial do Plano Plurianual 2004-2007** (RS. SCP, 2002).

⁷ Definimos o excedente como o Valor da Transformação Industrial subtraído dos salários e dos encargos (que, juntos, perfazem os “rendimentos do trabalho”).

Tabela 1

Mark-up industrial, por estrato e estado, no Brasil — 2000

NÚMERO DE TRABALHADORES	RS	SP	PR	SC	MG	RJ	BA	BRASIL
5 a 29	1,301	1,297	1,287	1,317	1,282	1,403	1,345	1,296
30 a 49	1,428	1,439	1,228	1,301	1,145	1,350	1,325	1,346
50 a 99	1,302	1,399	1,224	1,425	1,298	1,394	1,387	1,334
100 a 249	1,313	1,365	1,290	1,388	1,592	1,474	1,390	1,432
250 a 499	1,470	1,463	1,510	1,440	1,390	1,565	1,420	1,463
≥ 500	1,657	1,498	1,636	1,323	1,649	1,627	2,099	1,573
Média	1,468	1,443	1,452	1,359	1,516	1,545	1,673	1,471
Desvio padrão	0,140	0,073	0,170	0,060	0,194	0,108	0,298	0,103

FONTE: PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL — 2000. Rio de Janeiro: IBGE, v. 19, n. 1, 2002.

Tabela 2

Excedente sobre os rendimentos do trabalho na indústria,
por estrato e estado, no Brasil — 2000

NÚMERO DE TRABALHADORES	RS	SP	PR	SC	MG	RJ	BA	BRASIL
5 a 29	1,42	0,84	1,18	1,13	1,13	0,98	1,67	1,01
30 a 49	1,83	1,26	1,75	1,37	1,04	0,53	1,52	1,29
50 a 99	1,56	1,42	1,44	1,74	1,33	1,33	2,28	1,47
100 a 249	1,67	1,32	1,66	2,17	2,12	2,09	3,56	1,85
250 a 499	2,58	1,80	2,56	1,67	2,45	1,83	2,59	2,14
≥ 500	2,83	2,04	3,61	1,56	3,67	3,12	5,23	2,62
Total	2,19	1,68	2,35	1,64	2,56	2,33	3,74	2,06
Desvio padrão	0,58	0,43	0,90	0,35	1,01	0,92	1,39	0,59

FONTE: PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL — 2000. Rio de Janeiro: IBGE, v. 19, n. 1, 2002.

Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 5-48, 2003

Desde logo, chama atenção o fato de o *mark-up* da indústria gaúcha encontrar-se muito próximo da média nacional, sendo levemente superior ao *mark-up* médio das indústrias paulista, paranaense e catarinense. Seguindo Kalecki (1983, cap. 1), entendemos que o *mark-up* é uma manifestação do grau de monopólio, pois os custos marginais (que equivalem aos custos diretos, sempre que se opera abaixo do limite da capacidade instalada) são os únicos que devem ser levados em consideração para definição do preço de venda. E isto, tanto se o mercado for de concorrência perfeita, quanto se não o for.⁸

É bem verdade que a produtividade da indústria gaúcha — medida seja pelo Valor da Transformação Industrial por trabalhador (Tabela 3), seja pelo excedente por trabalhador (Tabela 4) — é inferior à produtividade média da indústria brasileira e significativamente inferior à produtividade da indústria baiana (a mais “produtiva” do País). Porém vale observar que, a despeito desse fato, a razão da indústria gaúcha entre “excedente/rendimentos do trabalho” (Tabela 2) é similar à média nacional e significativamente superior às médias paulista e catarinense. E isto na medida em que o salário médio de nossa indústria (assim como de Santa Catarina) é inferior ao salário industrial brasileiro médio (Tabela 5), enquanto nosso *mark-up* (ao contrário de Santa Catarina) é superior à média nacional.

Só que esse quadro de “baixa produtividade” e “baixos salários” é — a despeito do que possa parecer — altamente sustentável. Na verdade, ele é o reflexo, de um lado, da especialização regional em setores onde a entrada é mais livre (porquanto a relação “custos fixos/custos diretos” é baixa), e, de outro, da capacidade da indústria gaúcha (e catarinense) de adotar padrões tecnológicos consistentes com a disponibilidade relativa (e os preços) dos fatores de produção no Brasil.⁹

⁸ A diferença é que, em concorrência imperfeita, é a receita marginal decrescente que define o preço de equilíbrio (ao intersectar a função custo marginal, via de regra, no intervalo em que a mesma é constante) e não, como em concorrência perfeita, onde a receita marginal é dada (pelo preço) e o custo marginal define apenas a quantidade produzida. Para uma reflexão mais aprofundada sobre esse ponto, ver Paiva (2001).

⁹ Aparentemente, os baixos salários das indústrias gaúcha e catarinense estão relacionados com o perfil industrial desses estados. Segundo os dados da PIA, esses dois estados têm uma participação muito expressiva naqueles setores industriais intensivos em mão-de-obra (e extensivos em capital fixo) e cujas taxas de salário são inferiores à média salarial da indústria, como couro e calçados, têxtil-vestuário e madeira e mobiliário (para uma avaliação da importância dos setores intensivos em mão-de-obra na indústria gaúcha, ver Tabela 6). Vale observar, contudo, que esse perfil da indústria gaúcha deveria induzir (tal como o faz a indústria catarinense) a uma redução do grau de monopólio e à adoção de taxas de *mark-up* inferiores à média nacional. O fato de que isso não ocorra pode estar expressando padrões colusivos e de precificação que são perversos, tanto no plano social (ao aprofundarem a concentração de renda) quanto no plano da acumulação privada (na medida em que limita o mercado interno e as possibilidades de conquista de mercados externos).

Tabela 3

Valor da Transformação Industrial, por estrato e estado, no Brasil — 2000

(R\$)								
NÚMERO DE TRABALHADORES	RS	SP	PR	SC	MG	RJ	BA	BRASIL
5 a 29	17 307	17 571	13 808	12 362	11 483	15 564	16 087	14 644
30 a 49	24 691	26 778	23 435	16 353	13 636	15 659	25 135	21 826
50 a 99	29 030	41 051	25 814	22 847	20 525	36 854	38 305	31 786
100 a 249	34 938	49 580	35 607	37 486	39 670	53 762	83 763	47 119
250 a 499	51 957	72 102	56 403	35 983	55 762	60 224	75 865	61 549
≥ 500	55 920	97 110	101 039	37 574	106 054	160 037	209 118	86 949
Média	38 427	57 333	42 008	28 803	44 483	69 191	84 314	48 992
Desvio padrão	15 347	29 584	32 039	11 378	36 030	53 795	71 230	27 074

FONTE: PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL — 2000. Rio de Janeiro: IBGE, v. 19, n. 1, 2002.

Tabela 4

Excedente/pessoal ocupado na indústria, por estrato e estado, no Brasil — 2000

(R\$)								
NÚMERO DE TRABALHADORES	RS	SP	PR	SC	MG	RJ	BA	BRASIL
5 a 29	10 156	8 002	7 486	6 569	6 099	7 689	10 070	7 365
30 a 49	15 959	1 917	14 922	9 467	6 938	5 426	15 156	12 301
50 a 99	17 673	24 075	15 247	14 523	11 699	2 005	26 643	18 936
100 a 249	21 837	28 230	22 224	25 648	26 975	6 390	65 377	30 592
250 a 499	37 430	46 388	40 581	22 486	39 597	38 917	54 752	41 938
≥ 500	41 320	65 193	79 104	22 920	83 363	121 151	175 546	62 907
Média	26 373	35 927	29 468	17 894	31 990	48 432	66 515	33 003
Desvio padrão	12 501	21 209	26 591	7 894	29 605	42 860	61 641	20 822

FONTE: PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL — 2000. Rio de Janeiro: IBGE, v. 19, n. 1, 2002.

Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 5-48, 2003

Tabela 5

Remuneração média da força de trabalho na indústria, por estrato e estado, no Brasil — 2000

NÚMERO DE TRABALHADORES	(R\$)							
	RS	SP	PR	SC	MG	RJ	BA	BRASIL
5 a 29	7 151	9 569	6 321	5 793	5 384	7 875	6 017	7 279
30 a 49	8 732	11 861	8 513	6 886	6 698	10 233	9 979	9 524
50 a 99	11 357	16 976	10 566	8 325	8 825	15 849	11 662	12 851
100 a 249	13 101	21 349	13 383	11 838	12 695	17 372	18 385	16 526
250 a 499	14 526	25 714	15 823	13 498	16 165	21 307	21 114	19 610
≥ 500	14 600	31 917	21 936	14 654	22 690	38 887	33 572	24 042
Média	12 054	21 406	12 539	10 910	12 493	20 759	17 799	15 989
Desvio padrão	3 095	8 480	5 626	3 669	6 543	11 072	9 916	6 318

FONTE: PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL — 2000. Rio de Janeiro: IBGE, v. 19, n. 1, 2002.

Por isso mesmo, é preciso reforçar a sustentabilidade de nossa indústria “tradicional”. Em primeiro lugar, por ela ser altamente empregadora (e o desemprego é o grande drama social contemporâneo). Em segundo lugar, por ela vir apresentando um dinamismo marcante, que revela a capacidade de adaptação/ /inovação técnico-gerencial do empresariado que se encontra à sua frente. E, como se isso não bastasse, ela é uma estrutura consolidada, que apresenta todo um conjunto de “custos naufragados”, o que lhe garante competitividade de curto e médio prazos¹⁰. Além disso, como em qualquer setor já estruturado, sua alavancagem depende, tão-somente, do enfrentamento de seus “gargalos”. Em síntese: o custo/benefício de desestruturar o que existe e converter os agentes e sistemas produtivos para setores “mais modernos” mostra-se muito maior do que o custo/benefício de “sustentação modernizante” dos empreendimentos tradicionais. O que não é mais do que outra forma de reafirmar nossa tese central de que o princípio fundante da boa gestão pública e privada é um só: **localize o(s) gargalo(s) e amplie-o(s)**, tornando-os consistentes com o restante da

¹⁰ Desde que adotem padrões de precificação assentados em margens de contribuição positiva sobre os custos diretos. Sobre os benefícios privados de adoção de um tal padrão de precificação, ver Goldratt e Fox (1997). Sobre os benefícios sociais de um padrão de precificação que induz à queda da taxa de *mark-up*, ver Kalecki (1983, cap. 2).

capacidade produtiva instalada. O planejador tem de se dirigir para os gargalos e tão-somente para os gargalos. **E a margem de lucro (leia-se: o grau de monopólio) da economia gaúcha não é o gargalo que define seus limites de operação.**

Mas, se a lucratividade é relativamente alta, alguma inovação tem de estar ocorrendo. Tal como para Kalecki, para Schumpeter o fundamento do lucro é o “grau de monopólio” (Schumpeter, 1984, p. 117 e segs). Só que, para este último, um elevado grau de monopólio só é sustentável, se for baseado em inovações **contínuas**. Vale dizer: o sistema só se estabiliza enquanto um sistema gerador de juros e lucros se ele inovar. Só quem, de uma forma ou de outra, inova continuamente pode lucrar de forma continuada. Essa é a síntese da teoria schumpeteriana da inovação e do lucro (Schumpeter, 1982).

Ora, se Schumpeter está correto¹¹, a indústria gaúcha só é lucrativa porque apresenta uma capacidade adaptativa/inovadora não desprezível.¹² É por isso que — como demonstra a PIA 2000 — a indústria gaúcha (ao contrário da paulista e da carioca) vem conquistando participação crescente na produção nacional nos últimos 15 anos (Tabela 6)¹³. Na verdade, **de acordo com o IBGE, a indústria gaúcha foi, ao lado da paranaense, a que conquistou o maior crescimento de participação no produto industrial nacional entre 1985 e 2000** (Pesq. Industr. Anual-2000, 2002, p. 25). E cresceu de forma particular nos segmentos de máquinas e equipamento, química, petroquímica e plásticos, instrumentos de precisão e para automação industrial, vale dizer: em setores de densidade tecnológica relativamente elevada.¹⁴ **O que nos induz à conclusão de que inovação tampouco é o gargalo fundamental, o gargalo de “curto prazo” que procuramos.**

¹¹ E acreditamos que esteja. Para uma defesa da teoria schumpeteriana do lucro e de sua compatibilidade estrutural com a teoria marxiana do excedente, ver Paiva (1998, cap .3).

¹² Hipótese que se vê reforçada por dois indicadores importantes: (a) o bom desempenho de longo prazo da economia regional *vis-à-vis* à nacional; ver **Marco Referencial do PPA 2004/2007, Apêndice Estatístico e Análise da Consultoria** (RS. SCP, 2002); e (b) o perfil tecnológico da indústria regional, cujo caráter intensivo em mão-de-obra parece revelar a capacidade da indústria local de se deslocar ao longo de funções de produção (apenas **relativamente** consolidadas e conhecidas, a despeito do que pretende a teoria econômica ortodoxa) no sentido de se apropriar dos ganhos inerentes à utilização dos fatores de produção relativamente mais abundantes e baratos.

¹³ Na coluna **Brasil**, estão especificadas as participações relativas das diversas atividades industriais na indústria nacional em 1985 e em 2000. Na coluna RS, estão especificadas as participações da indústria gaúcha no total nacional da atividade.

¹⁴ Vale notar que, também em setores tradicionais, como couro e calçados, artigos de vestuário e mobiliário, a participação do RS na produção nacional cresceu significativamente, mostrando o forte dinamismo **interno** desses segmentos, a despeito da pressão exercida sobre os mesmos por parte dos governos estaduais de estados menos industrializados na “guerra fiscal” interestadual.

Tabela 6

Distribuição e evolução da produção das atividades industriais
no Rio Grande do Sul — 1985 e 2000

DIVISÃO DE ATIVIDADES	BRASIL		RIO GRANDE DO SUL	
	1985	2000	1985	2000
Extração de carvão mineral	0,1	0,1	19,5	33,2
Extração de petróleo e serviços correlatos	6,0	2,9	0,0	0,0
Extração de minerais metálicos	1,5	2,0	0,7	0,0
Extração de minerais não-metálicos	0,6	0,6	2,9	2,8
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	11,2	14,1	12,3	8,7
Fabricação de produtos do fumo	0,3	0,8	12,2	59,3
Fabricação de produtos têxteis	6,0	2,8	2,5	3,8
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	3,0	1,9	6,2	11,0
Fabricação de artefatos de couro e calçados	2,2	1,9	50,1	54,8
Fabricação de produtos de madeira	1,4	1,2	7,4	7,5
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	3,0	4,2	6,3	6,4
Edição, impressão e reprodução de gravações	1,9	4,0	4,4	4,7
Coque, refino de petróleo e produção de álcool	7,7	11,1	4,3	7,6
Fabricação de produtos químicos	10,8	11,8	6,1	8,0
Fabricação de artigos de borracha e plástico	3,8	3,5	7,0	8,4
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	4,5	3,7	3,0	5,8
Metalurgia básica	8,0	6,2	2,0	3,9
Produtos de metal — exclusive máquinas e equipamentos	3,9	3,3	11,2	10,8
Fabricação de máquinas e equipamentos	7,4	5,2	10,9	11,7
Fabricação de máquinas para escritório e equipamento de informática	0,8	1,2	5,9	2,0
Fabricação de máquinas e materiais elétricos	3,0	2,2	3,3	5,5
Fabricação de material eletrônico e de comunicações	2,5	3,1	2,2	2,4
Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, de precisão e para automação industrial	0,7	0,9	3,9	5,6
Fabricação e montagem de veículos automotores	5,2	7,7	4,2	6,5
Fabricação de outros equipamentos de transporte	1,5	1,6	0,6	0,5
Fabricação de móveis e indústrias diversas ..	2,9	2,1	11,0	17,9
TOTAL	100,0	100,0	7,8	8,3

FONTE: PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL — 2000. Rio de Janeiro: IBGE, v. 19, n. 1, 2002.

Em suma: nosso gargalo principal não é de poupança, não é infra-estrutural, não é de lucratividade atual e prospectiva, não é de falta de capacidade para lucrar e inovar. Onde ele se encontra pois?

Do nosso ponto de vista, a economia gaúcha revela, na Matriz de Insumo-Produto, dois gargalos principais, quais sejam: (a) estreitos limites do mercado interno e alta dependência dos mercados externos; e (b) baixo multiplicador interno do investimento em função da baixa integração vertical a montante das cadeias produtivas estratégicas.

3 - Os dois gargalos fundamentais da economia gaúcha: uma interpretação a partir da MIP

O mercado interno gaúcho é historicamente limitado. Ao contrário de São Paulo, nós nunca conseguimos articular uma economia como a cafeeira, que se mostrou suficientemente dinâmica e empregadora para fundar um grande mercado interno para a agricultura de alimentos e para a produção artesanal e manufatureira de bens-salário. De outro lado, tanto a pequena propriedade do norte/nordeste do Estado quanto o latifúndio do sul são altamente sustentáveis, mesmo quando em crise secular. E isto porque permitem uma elevada autarquização (via pluriatividade e produção para o autoconsumo), que sustenta o trabalhador campesino e parte do consumo do proprietário, mas não estimula o mercado urbano e o trabalho industrial. Por fim, como vimos nas tabelas iniciais (geradas por informações da PIA 2000), a indústria gaúcha opera com taxas de salário inferiores à média nacional e taxas de *mark-up* superiores à média nacional. E o resultado dessa combinação é a concentração da renda e a depressão do multiplicador dos gastos autônomos e do mercado interno.¹⁵

O resultado é que tivemos que nos colar — de forma algo subordinada — à dinâmica dos mercados de São Paulo e do Exterior. E — este o busílis da questão — o fizemos com particular eficiência. Alguns setores industriais mostraram inacreditável dinamismo, a despeito dos inúmeros e pesados obstáculos: elevados custos de transporte e de transação; instabilidade crônica dos preços internos (até meados dos 90) e externos (até hoje); crescente exposição competitiva ao longo da última década (que foi levada ao paroxismo, com a sobrevalorização monetária de 1994/98); juros cronicamente altos; impostos crescentes; etc. E demonstraram esse dinamismo e competência, de forma particular, na conquista de mercados internacionais.

¹⁵ A esse respeito, ver Steindl (1983, caps. IX-X).

O que importa entender é que, se a opção de externalização se impôs pelas limitações do mercado interno, ela não comporta qualquer naturalidade. A verdade é que, do charque à soja, do vinho ao ônibus, da banha aos calçados (e aos seus inúmeros componentes e equipamentos), o Rio Grande do Sul tem demonstrado uma capacidade ímpar de conquista de mercados externos, de crescimento e de inovação.

Ao fim e ao cabo, crescemos no “vácuo” da demanda externa. O que não é necessariamente ruim, desde que saibamos operar as condições para que nossa inserção no mercado mundial e/ou nacional seja cada vez mais autônoma; que ela esteja sob crescente controle dos agentes internos. Antes de ingressar nesse ponto (que cabe à seção 4), vale observar como se manifesta objetivamente essa dependência do Exterior. E a Matriz de Insumo-Produto é a peça-chave dessa análise.

Se identificamos as **origens** dos bens e serviços que servem de insumo a cada atividade da economia, podemos identificar não apenas a participação direta das importações na composição da oferta de bens finais, mas também a participação indireta das importações (que corresponde tanto ao volume importado para consumo intermediário das firmas gaúchas produtoras de bens finais quanto ao volume importado por firmas gaúchas que produzem internamente bens intermediários para a nossa indústria de bens finais).

Desde logo, o que se revela é a diversidade da participação das importações no consumo intermediário das diversas atividades. Algumas atividades apresentam uma baixíssima integração **para trás**¹⁶.

Na análise da Tabela 7,¹⁷ fica patente que o caso mais grave de baixa integração para trás é o da **indústria de material de transportes, que importa do Exterior ou do resto do Brasil 74,64% dos insumos necessários à**

¹⁶ É importante observar que a integração para trás a que nos referimos não é aquela medida pelo “índice de ligações para trás” apresentado por Maia (2002b, p. 41). Enquanto lá o que se mede é o impacto direto e indireto (mas sem efeito renda) da variação de demanda sobre o setor **x** (o que faz serviços privados não mercantis e aluguéis apresentarem o mais baixo índice de integração), aqui estamos preocupados tão-somente com os desdobramentos em termos de **importações** de uma variação de demanda sobre o setor **x** (o que faz serviços privados não mercantis e aluguéis apresentarem altos índices de integração).

¹⁷ Os dados da Tabela 7, como os de todas as subseqüentes, foram extraídos de FEE (Maia Neto, 2002a) e/ou Maia Neto (2002b) e/ou Porsse (2002). De acordo com a tradição, utilizamos o símbolo **M** para representar as importações e **Of** para representar a oferta total. Os valores do consumo intermediário (CI), dos impostos líquidos de subsídios (IILS) e do Valor Adicionado Bruto a preços básicos (VABpb) por atividade não correspondem exatamente aos valores apresentados no Quadro de Insumo-Produto da FEE. A diferença tem por base a imputação da *dummy* financeira (R\$ 2.466.980.048,95) às diversas atividades econômicas com base no Valor Bruto da Produção das mesmas.

produção, o que corresponde a 40,51% do valor da oferta dessa atividade. Menos dramática, mas igualmente preocupante, é a baixa integração dos setores de máquinas e tratores e material elétrico e eletrônico, que importam, aproximadamente, 60% de seu consumo intermediário, que corresponde a, aproximadamente, 30% do valor da oferta dos mesmos.

De outro lado, como se percebe na Tabela 8,¹⁸ é igualmente elevada a participação das atividades máquinas e tratores (13,76%), material de transporte (18,09%), demais indústrias alimentares (10,32%) e demais indústrias (17,57%) no total das importações de bens finais do Estado. Nada menos do que 59,74% das importações de bens finais do Rio Grande do Sul são originadas dessas atividades.¹⁹

Ora, o que começa a se delinear aqui é a identificação dos “elos ausentes” (ou “fracos”) de nossa matriz industrial. Para que se tenha uma visão mais apropriada desses “gargalos de oferta”, contudo, é preciso realizar a imputação das importações para consumo intermediário nas categorias de destino final (exportações, consumo, investimento), tomando por base o destino final dos bens produzidos com aqueles insumos importados. Esse exercício é realizado na Tabela 9.

O primeiro a chamar a atenção na Tabela 9 é a elevada participação das importações para consumo intermediário (três últimas colunas da Tabela 8) no valor da produção de máquinas e tratores, material de transporte e couro-calçados para a exportação e na construção civil para formação bruta de capital fixo. Esta última é particularmente preocupante: 96,48% das importações para o consumo intermediário estimuladas pela demanda interna de bens de capital destinam-se — direta ou indiretamente (via demanda de produtores internos de bens intermediários voltados) — à construção civil. Tais resultados revelam que: (a) as atividades material de transporte e máquinas e tratores exportam parcela expressiva de sua produção, a despeito da baixa integração vertical interna; (b) a despeito de serem exportadores (o que é um indicador expressivo de competitividade) e de serem voltados à produção de bens de capital, esses dois setores pouco contribuem para a produção dos equipamentos demandados pe-

¹⁸ Por economia, passamos a utilizar os seguinte símbolos: X Ex = exportação para o Exterior; X BR = exportação para o resto do Brasil; X = exportação total; CG = consumo do Governo; CF = consumo das famílias; FBKF = formação bruta de capital fixo; VE = variação de estoques; % = participação percentual; M = importação; DF = demanda final.

¹⁹ Vale observar que, com exceção da atividade demais indústrias (onde é contabilizado, justamente, todo um conjunto de atividades industriais de participação individual relativamente menor na produção interna), as demais atividades listadas acima — máquinas e tratores, material de transporte e demais indústrias alimentares — também apresentam uma elevada participação das importações em seu consumo intermediário (Tabela 7).

las diversas atividades econômicas no RS em seus processos de acumulação produtiva; (c) a construção civil — que virtualmente monopoliza a produção **interna** de bens voltados à formação bruta de capital fixo (como é usual em economias subdesenvolvidas) — apresenta baixa integração vertical interna, importando quase 20% do valor de sua produção.

Além disso, é notável que 51% (11,28% + 40,72%) da importação de bens intermediários se volte à produção de bens que serão (re)exportados; enquanto meros 23,40% se voltam à produção de bens para o CF na região e 19,25% para a produção regional de bens destinados à FBKF (última linha da Tabela 9).²⁰ Essa distribuição relativa das importações para consumo intermediário é marcadamente distinta da distribuição observada na importação de bens finais (Tabela 8), galvanizada pelo consumo das famílias.

Essa discrepância também se revela quando observamos a percentagem das importações para consumo intermediário no valor total das categorias de DF líquidas de M de bens finais (linha 7 da Tabela 10). Enquanto as importações de bens intermediários giram em torno de 21% do valor das Xs e em torno de 32% do valor da produção interna de bens para FBKF, as mesmas correspondem a pouco mais de 10% do valor do CF líquido de Ms de bens finais.

Mas a Tabela 10 traz outra informação ainda mais importante. Ela demonstra que nossa dependência do Exterior não diz respeito apenas à elevada participação das importações em cadeias produtivas estratégicas. Ela se revela também pelo fato de serem as exportações — e não o investimento ou o consumo regional — que dinamizam a nossa economia. Senão vejamos.

Como se pode perceber na linha 11 da Tabela 10, a integração vertical interna da produção para a exportação (seja para o Exterior, seja para o resto do Brasil) é muito superior à integração da produção para a formação bruta de capital fixo e para a variação de estoques. **Enquanto a participação das importações no valor total das exportações para o Exterior e para o resto do Brasil não chega a 25%, a participação das importações no valor dos investimentos em capital fixo e em estoques supera os 50%**. De forma que a participação das exportações na geração do Produto Interno Bruto (por definição, líquido de importações) é maior do que aparenta ser quando as importações são contabilizadas de forma agregada, e não por categoria de demanda final. Quando adotamos este último procedimento (cujos resultados aparecem nas linhas 6 e 7 da Tabela 10), fica claro que as exportações determinam, em conjunto, 37,08% (7,61% + 29,47%) do PIB, enquanto os investimentos determinam apenas 8,91% (7,65% + 1,26%).

²⁰ A Tabela 9 foi construída com base nos dados disponibilizados em FEE (Maia Neto, 2002a) a partir do suporte técnico do Economista Adalberto Maia. A interpretação da mesma (com seus eventuais equívocos) é, contudo, de nossa inteira responsabilidade.

Tabela 7

Importações para consumo intermediário, por atividade, no RS — 1998

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	M/CI (1) (R\$ milhões)	CI (R\$ milhões)	VABpb (2) (R\$ milhões)	IILS (3) (R\$ milhões)	Of (4) (R\$ milhões)	M/CI (%)	M/Of (%)
Agropecuária	1 023	3 157	6 177	44	9 378	32,40	10,91
Indústrias metalúrgicas	550	956	1 212	13	2 181	57,51	25,20
Máquinas e tratores	702	1 189	1 132	21	2 342	59,07	29,99
Material elétrico e eletrônico	307	472	557	7	1 036	64,94	29,59
Material de transporte	749	1 003	835	10	1 848	74,65	40,51
Madeira e mobiliário	321	800	682	10	1 493	40,16	21,53
Papel e gráfica	195	582	906	9	1 497	33,43	13,00
Indústria química	258	930	464	16	1 410	27,70	18,27
Indústria petroquímica.....	453	1 511	1 694	25	3 230	30,01	14,04
Calçados, couros e peles	584	2 132	2 017	22	4 171	27,41	14,01
Beneficiamento de produtos vegetais	254	1 508	626	50	2 184	16,86	11,64
Indústria do fumo	318	742	473	7	1 223	42,81	25,99
Abate de animais	33	1 413	922	5	2 340	2,36	1,42
Indústria de laticínios	99	738	519	4	1 261	13,35	7,81
Fabricação de óleos vege- tais	124	780	379	3	1 161	15,91	10,69

(continua)

Tabela 7

Importações para consumo intermediário, por atividade, no RS — 1998

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	M/CI (1) (R\$ milhões)	CI (R\$ milhões)	VABpb (2) (R\$ milhões)	IILS (3) (R\$ milhões)	Of (4) (R\$ milhões)	M/CI (%)	M/Of (%)
Demais indústrias alimentares	460	1 136	878	18	2 032	40,48	22,63
Demais indústrias	497	1 681	2 376	34	4 090	29,57	12,15
Serviços industriais de utilidade pública	13	780	1 502	178	2 460	1,67	0,53
Construção civil	2 164	3 906	3 433	36	7 375	55,39	29,33
Comércio	710	2 257	6 266	52	8 575	31,47	8,28
Transportes	978	2 754	2 138	56	4 949	35,51	19,76
Comunicações	171	848	1 036	26	1 911	20,17	8,95
Instituições financeiras	49	1 542	2 961	57	4 561	3,17	1,07
Serviços prestados às famílias e às empresas	1 277	2 636	5 120	40	7 796	48,43	16,38
Aluguel de imóveis	27	412	7 293	2	7 708	6,56	0,35
Administração pública	252	2 274	8 413	108	10 795	11,08	2,33
Serviços privados não mercantis	0	-	328	-	328	0,00	0,00
TOTAL	12 567	38 140	60 340	855	99 335	32,95	12,65

FONTE: MAIA NETO, Adalberto A. **Matriz de insumo-produto — 1998**. Porto Alegre: FEE, 2002a. (CD-Rom).

(1) M = importações e CI = consumo intermediário. (2) VABpb = Valor Adicionado Bruto a preços básicos. (3) IILS = impostos líquidos de subsídios. (4) Of = oferta total.

Tabela 8

Importações de bens finais, por atividade e destino da demanda, no RS — 1998

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	X Ex (1) (R\$ milhões)	X BR (2) (R\$ milhões)	CG (3) (R\$ milhões)	CF (4) (R\$ milhões)	FBKF (5) (R\$ milhões)	VE (6) (R\$ milhões)	DF (7) (R\$ milhões)	% DAS ATIVIDADES NA IMPORTAÇÃO DE BENS FINAIS
Agropecuária	0	0	0	463	0	24	487	3,08
Indústrias metalúrgicas	0	0	0	57	0	44	101	0,64
Máquinas e tratores	0	0	0	0	2 124	53	2 177	13,76
Material elétrico e eletrônico	0	0	0	867	197	21	1 085	6,86
Material de transporte	4	44	0	1 925	599	290	2 863	18,09
Madeira e mobiliário	0	0	0	468	85	0	553	3,50
Papel e gráfica	0	0	0	217	0	0	217	1,37
Indústria química	0	0	0	144	0	0	144	0,91
Indústria petroquímica	0	0	0	391	0	-2	389	2,46
Calçados, couros e peles ...	0	0	0	558	0	42	600	3,79
Beneficiamento de produtos vegetais	0	0	0	587	0	211	799	5,05
Indústria do fumo	62	0	0	324	0	0	386	2,44
Abate de animais	0	0	0	610	0	10	620	3,92
Indústria de laticínios	0	0	0	397	0	6	404	2,55
Fabricação de óleos vegetais	0	0	0	192	0	20	212	1,34

(continua)

Tabela 8

Importações de bens finais, por atividade e destino da demanda, no RS — 1998

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	X Ex (1) (R\$ milhões)	X BR (2) (R\$ milhões)	CG (3) (R\$ milhões)	CF (4) (R\$ milhões)	FBKF (5) (R\$ milhões)	VE (6) (R\$ milhões)	DF (7) (R\$ milhões)	% DAS ATIVIDADES NA IMPORTAÇÃO DE BENS FINAIS
Demais indústrias alimentares	0	0	0	1 481	0	152	1 633	10,32
Demais indústrias	0	0	0	2 652	72	55	2 779	17,57
Serviços industriais de utilidade pública	0	0	0	21	0	0	21	0,13
Construção civil	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Comércio	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Transportes	3	36	0	44	2	1	85	0,54
Comunicações	0	0	0	223	0	0	223	1,41
Instituições financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Serviços prestados às famílias e às empresas	0	0	0	46	0	0	46	0,29
Aluguel de imóveis	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Administração pública	0	0	0	0	0	0	0	0,00
Serviços privados não mercantis	0	0	0	0	0	0	0	0,00
TOTAL	69	80	0	11 668	3 079	927	15 822	100,00
Participação dos destinos finais nas importações de bens finais (%)	0,44	0,50	0,00	73,75	19,46	5,86	100,00	-

FONTE: MAIA NETO, Adalberto A. **Matriz de Insumo-Produto — 1998**. Porto Alegre: FEE, 2002a. (CD-Rom).

(1) X Ex = exportação para o Exterior. (2) X BR = exportações para o resto do Brasil. (3) CG = consumo do Governo. (4) CF = consumo das famílias. (5) FBKF = formação bruta de capital fixo. (6) VE = variação de estoques. (7) DF = demanda final.

Tabela 9

Imputação das importações de bens intermediários, por destino de demanda final, no RS — 1998

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	M/X Ex (1) (R\$ milhões)	M/X BR (2) (R\$ milhões)	M/CG (3) (R\$ milhões)	M/CF (4) (R\$ milhões)	M/FBKF (5) (R\$ milhões)	M/VE (6) (R\$ milhões)	M/DF (7) (R\$ milhões)	% M NA DF TOTAL	% M NAS X TOTAIS	% M NA FBKF
Agropecuária	50	269	-	230	2	71	623	4,96	4,89	0,10
Indústrias metalúrgicas	56	350	-	8	-	6	420	3,34	6,22	0,00
Máquinas e tratores	160	620	-	-	9	0	789	6,28	11,94	0,36
Material elétrico e eletrônico	26	262	-	24	5	1	317	2,53	4,40	0,22
Material de transporte	121	650	-	-	0	0	770	6,13	11,78	0,01
Madeira e mobiliário	45	255	-	50	9	(8) 0	359	2,86	4,59	0,38
Papel e gráfica	16	89	-	45	-	-1	149	1,19	1,60	0,00
Indústria química	34	178	-	13	-	-1	224	1,78	3,23	0,00
Indústria petroquímica.....	26	67	-	81	-	1	175	1,39	1,42	0,00
Calçados, couros e peles	306	347	-	38	-	9	700	5,57	10,00	0,00
Beneficiamento de produtos vegetais	5	380	-	34	-	-	419	3,34	5,89	0,00
Indústria do fumo	227	149	-	-	-	-	377	3,00	5,76	0,00

(continua)

Tabela 9

Imputação das importações de bens intermediários, por destino de demanda final, no RS — 1998

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	M/X Ex (1) (R\$ milhões)	M/X BR (2) (R\$ milhões)	M/CG (3) (R\$ milhões)	M/CF (4) (R\$ milhões)	M/FBKF (5) (R\$ milhões)	M/VE (6) (R\$ milhões)	M/DF (7) (R\$ milhões)	% M NA DF TOTAL	% M NAS X TOTALS	% M NA FBKF
Abate de ani- mais	26	80	-	77	-	1	183	1,46	1,62	0,00
Indústria de lati- cínios	0	82	-	80	-	1	164	1,30	1,25	0,00
Fabricação de óleos vegetais	52	71	-	52	-	5	181	1,44	1,88	0,00
Demais indús- trias alimenta- res	116	224	-	138	-	14	492	3,92	5,20	0,00
Demais indús- trias	76	386	-	115	3	2	581	4,63	7,06	0,13
Serviços indus- triais de utili- dade pública	-	0	-	15	-	-	15	0,12	0,00	0,00
Construção civil	-	13	-	-	2 336	-	2 349	18,69	0,20	96,58
Comércio.....	43	210	-	365	21	16	656	5,22	3,88	0,86
Transportes	34	378	-	467	16	13	908	7,23	6,30	0,68
Comunicações	-	53	-	145	-	-	198	1,57	0,81	0,00
Instituições fi- nanceiras	-	0	-	44	-	-	44	0,35	0,00	0,00

(continua)

Tabela 9

Imputação das importações de bens intermediários, por destino de demanda final, no RS — 1998

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	M/X Ex (1) (R\$ milhões)	M/X BR (2) (R\$ milhões)	M/CG (3) (R\$ milhões)	M/CF (4) (R\$ milhões)	M/FBKF (5) (R\$ milhões)	M/VE (6) (R\$ milhões)	M/DF (7) (R\$ milhões)	% M NA DF TOTAL	% M NAS X TOTAIS	% M NA FBKF
Serviços pres- tados às famí- lias e às empre- sas	-	5	-	832	16	-	853	6,79	0,07	0,67
Aluguel de imó- veis	-	0	-	87	-	-	87	0,69	0,00	0,00
Administração pública	-	-	532	-	-	-	532	4,23	0,00	0,00
Serviços priva- dos não mer- cantis	-	-	-	-	-	-	-	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 418	5 118	532	2 941	2 418	140	12 567	100,00	100,00	100,00
Participação das categorias de demanda nas importa- ções totais (%) .	11,28	40,72	4,23	23,40	19,25	1,11	100,00	-	-	-

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MAIA NETO, Adalberto A. **Matriz de Insumo-Produto — 1998**. Porto Alegre: FEE, 2002a. (CD-Rom).

(1) M = importações e X Ex = exportações para o Exterior. (2) X BR = exportações para o resto do Brasil. (3) CG = consumo do Governo. (4) CF = consumo das famílias. (5) FBKF = formação bruta de capital fixo. (6) VE = variação de estoques. (7) DF = demanda final. (8) Valor negativo que não atinge unidade significativa.

Tabela 10

Participação das importações (M), por consumo intermediário (CI) e demanda final (DF), nas distintas categorias de DF, no RS — 1998

LINHAS	CATEGORIAS	X Ex (1)	X BR (2)	CG (3)	CF (4)	FBKF (5)	VE (6)	TOTAL
1	M p/ CI (R\$ milhões)	1 418	5 118	532	2 941	2 418	140	12 567
2	M p/ DF (R\$ milhões)	69	80	-	11 668	3 079	927	15 822
3	M total (R\$ milhões)	1 487	5 198	532	14 609	5 497	1 067	28 389
4	Valor total da DF (R\$ milhões)	6 528	24 710	10 795	40 108	10 560	1 903	94 604
5	Valor da DF líquida de M/DF (R\$ milhões)	6 459	24 630	10 795	28 440	7 481	976	78 782
6	Valor da DF líquida de M total (R\$ milhões)	5 041	19 513	10 263	25 499	5 063	836	66 216
7	% da categoria de DF no PIB	7,61	29,47	15,50	38,51	7,65	1,26	100,00
8	Linha 1/Linha 5 (%)	21,95	20,78	4,93	10,34	32,33	14,31	15,95
9	Linha 1/Linha 6 (%)	28,12	26,23	5,18	11,53	47,77	16,70	18,98
10	Linha 3/Linha 6 (%)	29,49	26,64	5,18	57,29	108,59	127,56	42,87
11	Linha 3/Linha 4 (%)	22,77	21,03	4,93	36,42	52,06	56,06	30,01

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MAIA NETO, Adalberto A. **Matriz de Insumo-Produto — 1998**. Porto Alegre: FEE, 2002a. (CD-Rom).

(1) X Ex = exportações para o Exterior. (2) X BR = exportações para o resto do Brasil. (3) CG = consumo do Governo. (4) CF = consumo das famílias. (5) FBKF = formação bruta de capital fixo. (6) VE = variação de estoques.

Mas isso não é tudo. Estamos tomando aqui o consumo das famílias de forma pré-keynesiana como uma variável exógena. Na verdade, para além do consumo autônomo²¹ (ou capitalista, na terminologia de Kalecki), o consumo das famílias é, essencialmente, uma função da renda disponível. Vale dizer: é preciso que haja renda (e emprego) para que haja consumo. Mas para que haja renda (e emprego), é preciso que haja demanda **autônoma** sobre a produção local. E as variáveis de demanda autônoma são as exportações, o gasto do Governo e os investimentos (Leontief, 1983, p. 78).

Para que possamos computar adequadamente a determinação do consumo das famílias a partir dos gastos autônomos, é preciso imputar às categorias de demanda final autônomas a parcela do consumo das famílias que é gerada/estimulada pelos mesmos. Usualmente, esse processo de imputação é realizado a partir da hipótese simplificadora de que a propensão (média e marginal) a importar da economia corresponde à propensão (média e marginal) a importar de cada uma das categorias de gasto autônomo. Mas essa hipótese simplificadora alimenta conclusões particularmente equivocadas quando aplicada a economias que ainda não internalizaram o seu departamento produtor de bens de capital (D1) e, portanto, dependem fundamentalmente das exportações de bens de consumo (e, secundariamente, do consumo do Governo) para sustentar a demanda efetiva e a produção interna, bem como a aquisição, no Exterior, dos bens e equipamentos necessários à acumulação produtiva.²² Com algumas

²¹ Que perfaz uma parte relativamente menor do consumo total e que, usualmente, é marcado pela elevada participação das importações.

²² Kalecki aponta essa distinção entre economias capitalistas desenvolvidas e subdesenvolvidas em **A Diferença entre os Problemas Econômicos Cruciais das Economias Capitalistas Desenvolvidas e Subdesenvolvidas** (Kalecki, 1980, p. 136-137). Mas — até onde sabemos — o primeiro tratamento sistemático (ainda que não formalizado) dessa importante questão encontra-se na análise que faz Celso Furtado das particularidades dinâmicas da economia cafeeira nacional (Furtado, 1984, cap. XXV e segs). Como bem o demonstra Furtado, a despeito da internalização crescente de um setor produtor de insumos para a construção civil, o grosso dos equipamentos necessários à acumulação de capital na nascente indústria nacional de bens de consumo era importado. De sorte que **qualquer variação positiva dos investimentos industriais equivalia a uma variação positiva das importações em montante similar**. Diferentemente, o aumento da demanda externa de café determinava, primeiramente, a elevação dos preços internacionais e do lucro interno dos produtores e, a seguir, o aumento da produção e do emprego interno, com conseqüências positivas para a demanda e a produção interna de bens de consumo. Vale dizer: **enquanto o multiplicador do investimento era virtualmente nulo, o multiplicador das exportações era extremamente elevado**. Em seu trabalho de Doutorado, Mello vai desenvolver (sem, tampouco, formalizar) este *insight* de Furtado (Mello, 1982, p. 123 e segs). Até onde sabemos, o primeiro exercício formal de diferenciação dos multiplicadores dos distintos gastos autônomos em função de suas distintas propensões a importar encontra-se em Hartman e Seckler (1967). Nesse trabalho, os autores buscam demonstrar formalmente a consistência da tese clássica de North acerca da centralidade das exportações para o desenvolvimento de regiões periféricas

simplificações²³, é possível calcular os multiplicadores dos distintos gastos autônomos como segue.

Se desprezamos o consumo autônomo e os impostos diretos (de forma a operarmos apenas com as variáveis disponíveis) e tomamos a relação consumo das famílias/PIB como *proxy* da propensão marginal a consumir, esta última fica estimada em 61%. Se, ao mesmo tempo, alteramos a equação da determinação da renda, diferenciando a propensão média/marginal a importar de cada uma das categorias de demanda final (tomando os valores de M total/DF da linha 11 da Tabela 10), chegamos à seguinte equação:

$$Y = (0,61 Y - 0,36 CF) + (X Ex - 0,23 X Ex) + (X BR - 0,21 X BR) + (CG - 0,05 CG) + (FBKF - 0,52 FBKF) + (VE - 0,56 VE)^{24}$$

Na medida em que $CF = 0,61 Y$, então, $0,36 CF = 0,22 Y$.

Donde:

$$Y - (0,61 Y - 0,22 Y) = Y - 0,39 Y = 0,61 Y = \\ = 0,77 X Ex + 0,79 X BR + 0,95 CG + 0,48 FBKF + 0,44 VE$$

$$e \\ Y = (1/0,61) \times (0,77 X Ex + 0,79 X BR + 0,95 CG + 0,48 FBKF + 0,44 VE) = \\ = Y = 1,26 X Ex + 1,28 X BR + 1,55 CG + 0,78 FBKF + 0,71 VE$$

Introduzindo os valores apresentados pelas variáveis no PIB/98, nessa equação, obtemos

$$Y = 1,26 * 6.528 + 1,28 * 24.710 + 1,55 * 10.795 + 0,78 * 10.560 + 0,71 * 1.903 = 8.198 + 31.733 + 16.691 + 8.234 + 1.360 = 66.216$$

Desde logo, o que chama atenção é a significativa participação das exportações na determinação da renda — em torno de 60% — e a pequena participação dos investimentos — menos de 15%. Esta não é uma situação confortável, mas é uma situação real, com a qual temos de trabalhar, se pretendemos acelerar o crescimento da economia gaúcha.

Antes, porém, de adentrarmos nesse campo, cabem duas últimas considerações. Uma primeira, sobre o papel do consumo do Governo (CG), e uma segunda, sobre os componentes da FBKF.

aos centros dinâmicos consolidados das economias mercantis-capitalistas (North, 1955). Esses dois trabalhos encontram-se disponíveis na importante coletânea organizada por McKee *et al.* (1970). No exercício que segue, procuraremos, com o apoio das informações disponibilizadas pela MIP-RS/98, atualizar o exercício de Hartman e Seckler de diferenciação dos multiplicadores dos distintos gastos autônomos da economia gaúcha.

²³ Que facilitam sobremaneira o cálculo, sem prejuízos maiores para a precisão dos resultados, que são necessariamente aproximativos, dado o nível de agregação em que operamos.

²⁴ Y = renda regional; os demais símbolos foram apresentados na nota 18.

Na Tabela 11, os gastos do Governo aparecem como sendo os gastos de maior multiplicador específico. Contudo há que se considerar que, na atual conjuntura de circunscrição fiscal-financeira das diversas instâncias de governo (definida pela já elevada participação da fiscalidade no PIB e pela necessidade de gerar superávits primários para rolar a dívida pública dentro dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e pelos acordos externos), essa categoria de dispêndio não é, de fato, autônoma²⁵. Na realidade, o consumo do Governo deve ser pensado, tal como o consumo das famílias, como uma função da renda do tipo $CG = T = t Y$.²⁶

Onde: T = arrecadação tributária; e

t = propensão média a tributar.

Ora, a correta endogeneização do consumo governamental teria de envolver uma imputação **diferenciada** dos impactos das demais variáveis de gasto (exportação para o Exterior, exportação para o resto do Brasil, formação bruta de capital fixo e variação de estoques) sobre a **arrecadação** e, por conseqüência, sobre os gastos do Governo. Contudo é possível driblar essa restrição, se mantivermos a hipótese simplificadora tradicional de que o impacto sobre a

²⁵ Além disso, há que se considerar que a oferta e a demanda dos bens públicos são distintos da oferta e da demanda de bens privados. Como regra geral, os bens públicos são bens livres, de forma que não existe a possibilidade de manifestação de desequilíbrios entre demanda e oferta. Nesse caso, a ampliação dos gastos governamentais (vale dizer, da oferta de bens públicos) nunca esbarra em limites de demanda, mas se transforma diretamente em adições à renda. Tal particularidade inflaciona e torna incomparável o multiplicador de **G** *vis-à-vis* ao multiplicador das variáveis de gasto privado efetivamente autônomas.

²⁶ Sem dúvida, a hipótese de que o Governo opere com orçamento equilibrado causará estranheza àqueles economistas de inflexão ortodoxa, que vêem nos déficits nominais o fundamento da maioria dos problemas econômicos do País. Vale lembrar, contudo, que estamos nos referindo à realidade de uma economia **regional**. Como se sabe, os governos estaduais estão proibidos de tomar qualquer empréstimo (para o financiamento de seus gastos de consumo ou investimento) sem autorização prévia do Banco Central e do Senado. E essa circunscrição tem sido imposta ao Rio Grande do Sul de forma particularmente dura, uma vez que nosso estado já ultrapassou a relação dívida/receita líquida corrente autorizada pela legislação em vigor. Por outro lado, no que diz respeito aos dispêndios do Governo Federal em nosso estado, não bastasse o mesmo ser, por determinações estruturais (ligadas à política nacional de enfrentamento das desigualdades regionais), inferior à arrecadação federal no território, a política fiscal-financeira nacional tem determinado a recorrência de superávits primários, que impõem uma diferença ainda maior entre tributação e gastos federais no Rio Grande do Sul. Vale dizer: a hipótese levantada acima, de que operamos com **orçamento equilibrado**, longe de subestimar a autonomia dos gastos governamentais, subestima a dependência dos mesmos *vis-à-vis* à arrecadação.

arrecadação fiscal das distintas variáveis de gasto autônomo é uniforme.²⁷ Nesse caso, tomando a relação CG/Y como *proxxy* da propensão média e marginal a tributar, temos que:

$$Y - cY - tY =$$

$$= (X_{Ex} - 0,23 X_{Ex}) + (X_{BR} - 0,21 X_{BR}) + (FBKF - 0,52 FBKF) + (VE - 0,56 VE)$$

$$Y = (1/0,45) \times (X_{Ex} - 0,23 X_{Ex}) + (X_{BR} - 0,21 X_{BR}) + (FBKF - 0,52 FBKF) + (VE - 0,56 VE),$$

o que nos leva aos multiplicadores específicos e às participações das categorias de demanda final na determinação da renda interna apresentadas na Tabela 12.

Tabela 11

Multiplicadores dos gastos autônomos da economia gaúcha — 1998

CATEGORIAS DE DEMANDA FINAL (DF) AUTÔNOMAS	X Ex (1)	X BR (2)	CG (3)	FBKF (4)	VE (5)	TOTAL
Valores da DF (R\$ milhões)	6 528	24 710	10 795	10 560	1 903	54 497
Multiplicadores	1,26	1,28	1,55	0,78	0,71	1,22
Y determinado (R\$ milhões)	8 201	31 742	16 695	8 236	1 360	66 216
% das categorias de DF na determinada Y	12,38	47,94	25,21	12,44	2,05	100,00
% acumulado da categoria de DF.....	12,38	60,32	85,53	97,95	100,00	-

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MAIA NETO, Adalberto A. **Matriz de Insumo-Produto — 1998**. Porto Alegre: FEE, 2002a. (CD-Rom).

(1) X Ex = exportações para o Exterior. (2) X BR = exportações para o resto do Brasil. (3) CG = consumo do Governo. (4) FBKF = formação bruta de capital fixo. (5) VE = variação de estoques.

²⁷ Essa hipótese se justifica pelo fato de as exportações gaúchas para o resto do Brasil (que pagam impostos) serem significativamente superiores às exportações para o Exterior (cujo impacto fiscal é mínimo) e pelo fato de ser elevadíssimo o índice de importação dos investimentos (o que deprime a arrecadação interna ao RS derivada de gastos com bens de capital fixo e estoques). Mais adiante, apresentamos os multiplicadores da arrecadação fiscal das 27 atividades econômicas contempladas pela MIP. Esse quadro fortalece a hipótese levantada acima, pois deixa claro que as atividades voltadas à exportação apresentam multiplicadores de arrecadação superiores ao multiplicador da construção civil, que

Tabela 12

Multiplicadores específicos das exportações e do investimento no RS — 1998

CATEGORIAS DE DEMANDA FINAL (DF) AUTÔNOMAS	X Ex (1)	X BR (2)	FBKF (3)	VE (4)	TOTAL
Valores da DF (R\$ milhões)	6 528	24 710	10 560	1 903	43 702
Multiplicadores específicos	1,68	1,72	1,04	0,96	1,52
Y determinado com CG endógeno (R\$ milhões)	10 962	42 428	11 008	1 818	66 216
% da categoria de DF na determinada Y	16,55	64,08	16,62	2,75	100,00
% acumulado da categoria de DF na determinada Y	16,55	80,63	97,25	100,00	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MAIA NETO, Adalberto A. **Matriz de Insumo-Produto — 1998**.
Porto Alegre: FEE, 2002a. (CD-Rom).

(1) X Ex = exportações para o Exterior. (2) X BR = exportações para o resto do Brasil. (3) FBKF = formação bruta de capital fixo. (4) VE = variação de estoques.

Ora, a importância das exportações para o Exterior e para o resto do Brasil na determinação da renda interna (80,63%) revela-se tão grande que não há como deixar de levantar a hipótese de que estejamos sobreestimando seu peso. Mas, insistimos, não é disso que se trata. Se admitimos que o consumo das famílias e o consumo do Governo (ou, pelo menos, que a variação destes) é uma função da (variação da) renda, chegamos, inexoravelmente, a esse quadro de determinação da renda pelo gasto.

é a principal atividade interna voltada para o fornecimento de bens para investimento. Vale dizer: pretender que esses multiplicadores sejam similares não implica qualquer sobrevalorização do efeito multiplicador das Xs *vis-à-vis* ao multiplicador de FBKF; antes pelo contrário.

Na verdade, **se algum questionamento pode ser interposto aos nossos resultados é o oposto: o de se não estamos sobreestimando a contribuição da formação bruta de capital fixo na formação da renda interna.** E isto porque, na alínea FBKF, estão contabilizados tanto os investimentos empresariais quanto a produção de imóveis para moradia. E, como nos revela a Matriz de Insumo-Produto, a parcela endógena da FBKF é a parcela referente à construção civil, sendo mínima a produção de máquinas e equipamentos industriais para a acumulação de capital empresarial.²⁸

4 - Lineamentos para uma estratégia de enfrentamento do gargalo de demanda

A elevada dependência dos mercados externos parece ser o principal gargalo da economia gaúcha, o gargalo que, de fato, limita e define sua produção e crescimento. Enfrentar esse gargalo é necessário e possível. Mas não se **pode** fazê-lo a partir de qualquer estratégia isolacionista, e, do nosso ponto de vista, não se **deve** fazê-lo a partir do resgate de projetos “regional-desenvolvimentistas” de substituição indiscriminada de importações.

Na realidade, o **ponto de partida necessário** para o enfrentamento do gargalo “dependência dos mercados externos” é justamente a adoção de **estratégias alternativas de ocupação desses mercados**. Tal como os NICs asiáticos (Japão, Hong Kong, Coreia, Formosa, Cingapura, Malásia, etc.) e europeus (Itália, Espanha, Irlanda, etc.), temos de adotar uma estratégia ofensiva de

²⁸ É importante observar que o elevadíssimo grau de agregação e a disparidade da qualidade das fontes (usualmente, secundárias) da MIP impõem uma margem de erro não desprezível (ainda que incalculável com exatidão) aos seus resultados. Além disso, o ano de 1998 — o último ano da fase 1 do Plano Real, marcada pela sobrevalorização de nossa moeda — foi o último ano de um período de estímulo à modernização tecnológica via importação de máquinas e de desestímulo aos investimentos dos setores exportadores tradicionais (que, capitaneados pelo setor calçadista, se encontram entre os setores de maior integração vertical interna, comportando uma indústria regional de máquinas e equipamentos não desprezível). **É fundamental não perder de vista as relativizações acima para evitar um equívoco tão grave quanto comum: interpretar as informações disponíveis como a prova necessária e suficiente da inexistência de um segmento produtor de máquinas-ferramenta interna, dando início a um processo desregrado de atração de empresas que pode resultar na falência das empresas já existentes, na destruição líquida de empregos, na concentração e centralização do capital e na desnacionalização da economia. O RS conta com uma indústria metal-mecânica extremamente dinâmica e competitiva, e é preciso, antes de mais nada, investigar as potencialidades dos agentes locais para ocuparem o elo “máquinas-ferramenta” das cadeias produtivas consolidadas.**

conquista de mercados externos, que busque nichos onde o valor agregado **internalizado** seja sempre crescente²⁹, o que passa por transpor os mercados onde somos “comprados” para adentrar nas lucrativas searas onde os produtos são “vendidos”.

Bases para um tal projeto existem. Hoje, sem quase nenhuma ajuda pública, dada apenas a excelência de nossa indústria e agricultura regionais, o RS tem a melhor inserção externa do País. É o primeiro saldo comercial brasileiro e o segundo exportador nacional. E apresenta crônicos saldos comerciais positivos, tanto com o resto do Brasil quanto com o resto do mundo.

A despeito de nossa competência exportadora, não contamos, porém, com estruturas público-privadas de apoio logístico e comercial às exportações. Com a exceção de Rio Grande³⁰, os nossos portos estão sucateados. E — a despeito dos esforços da SEDAI (com suas feiras internacionais e nacionais) e do Sebrae (enquanto difusor da APEX) — praticamente inexistem qualquer estrutura pública de indução às exportações. Não há um espaço público de informações sobre mercados externos.

Não obstante, a maior parte dos potenciais exportadores desconhece as alternativas de mercados externos abertos à produção local. E se perguntam: para que produtos há mercados externos? Como acessá-los? Que bancos (públicos e privados) financiam exportações? Existem linhas especiais, com taxas e prazos melhores, de financiamento ao investimento e/ou ao capital de giro das empresas que buscam exportar? Que linhas de apoio às exportações existem? Quais são as principais restrições alfandegárias e extra-alfandegárias dos mais diversos países para os mais diversos produtos? Quais são as alternativas de modais de transporte? Quais as especificidades dos mercados externos no que diz respeito à estratégia de negociação, custeio e formação de preços? Que firmas comerciais operam como *traders* no RS? E no Brasil? E no mundo? Dado o câmbio e a conjuntura mundial (em particular, dadas as pressões de oferta

²⁹ E aqui — vale frisar — o que importa é menos o valor agregado **total** do que a parcela **internalizada** do mesmo. Atrair empresas do Exterior que agregam mais valor por unidade de capital, mas que se apropriam de (e exportam, para o financiamento das inversões de suas matrizes), virtualmente, todo o novo valor agregado, tem pouco ou nenhum impacto positivo no desenvolvimento regional. O que realmente impacta a renda e o emprego internos é a **internalização** dos elos faltantes (ou fracos) das cadeias produtivas **já existentes**; em particular, daqueles elos que se apropriam das parcelas mais expressivas do valor agregado dos negócios direta ou indiretamente vinculados à exportação.

³⁰ Que corre o risco de se tornar um monopólio regional, limitado tão-somente pela concorrência com Itajaí, caso não sejam retomados os esforços de recuperação de nossos portos lacustres e fluviais.

dos diversos países que exportam produtos concorrentes), qual a margem de contribuição superior que os produtores internos podem obter em suas negociações com agentes comerciais estrangeiros (e/ou nacionais)?

Evidentemente, estas não são questões triviais. Para inúmeras delas, não se têm respostas em nosso estado. Para outras, as respostas existem. Mas elas são “Poucas!” ou “Nenhuma!”. Encontrar as respostas para as perguntas mais difíceis e responder de forma positiva às perguntas mais elementares só é possível a partir da mobilização de recursos humanos e materiais que (dadas as circunscções fiscais do Estado) pressupõe uma ação conjunta de agentes privados e públicos das mais diversas esferas de governo.

Além disso, o Governo do Estado deve apoiar, de forma ainda mais intensa, a ocupação de novos nichos **nacionais** de mercado, particularmente daqueles abertos pela desvalorização monetária. E deve, nesse processo, privilegiar aqueles setores que, uma vez mobilizados, alavancam, diretamente, indiretamente e por “efeito renda”: (a) o emprego e os rendimentos do trabalho; (b) o valor agregado e a capacidade de inovação da economia; e (c) a arrecadação tributária interna.

Em suma: uma estratégia exportadora de desenvolvimento não pode ser pensada independentemente da política industrial e tecnológica de longo prazo. O que nos remete — dentro de uma hierarquia **onde a política de apoio às exportações tem prioridade lógica e temporal** — para o componente de “oferta” de nossa estratégia de enfrentamento da dependência do Exterior. Vale dizer: o que nos remete para uma estratégia de enfrentamento dos nossos gargalos secundários; de nossos gargalos de “oferta”.

5 - Lineamentos para uma estratégia de enfrentamento dos gargalos de oferta

Internalizar os elos faltantes e tecnologicamente mais sofisticados daquelas cadeias produtivas gaúchas de alta capacidade exportadora (já competitivas, portanto) e de alta capacidade de geração de emprego, renda e impostos é a estratégia de longo prazo que complementa a estratégia de curto prazo de crescimento via conquista de novos mercados externos. O que falta definir é, tão-somente, quais são essas cadeias produtivas. O que, mais uma vez, nos remete à MIP.

Como já foi dito, a MIP nos traz uma nova percepção da economia gaúcha. O próprio peso relativo dos setores e atividades econômicas gaúchas revela-se distinto daquele exposto pelas Contas Regionais do IBGE.³¹ Além disso, abre-se a possibilidade de avaliar não apenas os efeitos diretos, mas o conjunto dos efeitos indiretos associados à mobilização dos diversos setores. Na Tabela 13, procuramos sintetizar as principais informações fornecidas pela MIP para os diversos setores e atividades da economia gaúcha.

Se iniciamos nossa análise pela importante agropecuária gaúcha, o primeiro a chamar atenção é o fato de a mesma ter a mais elevada integração para a frente dentre todos os setores e atividades do RS. Isto significa que, quando a economia gaúcha cresce, a demanda sobre o setor agropecuário cresce significativamente. De forma que **não é preciso atuar diretamente sobre a agricultura para estimulá-la, bastando atuar sobre os segmentos e atividades que demandam a produção agrícola**. Uma conclusão que se vê reforçada pela baixa integração para trás da agropecuária, vale dizer, por seu pequeno poder de mobilização dos demais setores.

É bem verdade que essa conclusão parece contraditar o fato de a agricultura apresentar o maior multiplicador **total** (incluindo efeitos indiretos e renda) do emprego, além de apresentar multiplicadores relativamente elevados de valor agregado e rendimento. Há que se ver, porém, que esses valores são definidos essencialmente pelo efeito direto, mais do que pelos efeitos indireto e renda (Porsse, 2002, p. 23).

Além disso, há uma significativa inflação do multiplicador do emprego agrícola. A hipótese (válida para os setores propriamente capitalistas) de que o emprego **atual** teria de ser elevado proporcionalmente à elevação da demanda (e, por conseqüência, do produto) não é legítima para a agricultura familiar, que recebe e mantém uma população relativamente excedente *vis-à-vis* às suas necessidades efetivas de trabalho produtivo. Esse fato acaba se traduzindo na alta precariedade do trabalho agrícola e no baixíssimo rendimento monetário por trabalhador proporcionado por essa atividade (Tabela 14).

³¹ Ver IBGE (Contas..., 2001). Vale observar que, quando se trata de comparações interestaduais, é recomendável a utilização das informações disponibilizadas pelo IBGE em suas Contas Regionais. Afinal, independentemente de suas eventuais falhas, essa é a metodologia utilizada para o cálculo das participações relativas dos diversos segmentos e atividades em todo o território nacional. Contudo, quando se trata de analisarmos a realidade objetiva da economia gaúcha, a MIP parece ser uma fonte mais confiável, uma vez que se embasa em um conjunto mais amplo e diversificado de informações (fornecidas, inclusive, pelo IBGE), que passam por um sofisticado processo de balanceamento e compatibilização.

Tabela 13

Índices e multiplicadores totais selecionados para a economia gaúcha — 1998

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	ÍNDICE DE INTEGRAÇÃO PARA FRENTE		ÍNDICE DE INTEGRAÇÃO PARA TRÁS		MULTIPLICADOR DO VA		MULTIPLICADOR DO EMPREGO		MULTIPLICADOR DO RENDIMENTO		MULTIPLICADOR DO ICMS	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Multiplicador	Ranking	Multiplicador	Ranking	Multiplicador	Ranking	Multiplicador	Ranking
Agropecuária	5,55	01	2,01	17	1,37	07	197	01	0,53	08	58 523	20
Indústrias metalúrgicas	1,35	16	1,81	23	1,13	21	65	19	0,40	19	117 922	10
Máquinas e tratores	1,00	24	1,79	24	1,05	24	59	20	0,38	20	99 634	12
Material eletro-eletrônico	1,07	22	1,75	25	1,08	23	57	21	0,33	23	97 407	15
Material de transporte	1,03	23	1,63	26	0,91	26	46	26	0,30	25	122 565	9
Madeira e mobiliário	1,17	20	2,01	15	1,17	17	123	06	0,60	05	145 551	8
Papel e gráfica	1,56	12	2,02	14	1,33	10	69	18	0,44	16	78 045	18
Indústria química	1,40	15	2,27	05	1,15	20	52	23	0,34	22	150 778	7
Indústria petroquímica	2,78	06	2,11	10	1,27	15	48	25	0,31	24	259 835	2

(continua)

Tabela 13
Índices e multiplicadores totais selecionados para a economia gaúcha — 1998

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	ÍNDICE DE INTEGRAÇÃO PARA FRENTE		ÍNDICE DE INTEGRAÇÃO PARA TRÁS		MULTIPLICADOR DO VA		MULTIPLICADOR DO EMPREGO		MULTIPLICADOR DO RENDIMENTO		MULTIPLICADOR DO ICMS	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Multiplicador	Ranking	Multiplicador	Ranking	Multiplicador	Ranking	Multiplicador	Ranking
Calçados e couros	1,28	18	2,21	06	1,29	14	113	08	0,50	12	103 848	11
Beneficiamento de produtos vegetais	1,12	21	2,38	04	1,25	16	130	05	0,50	11	94 792	16
Indústria do fumo	1,00	25	2,01	18	1,10	22	84	15	0,40	18	97 722	14
Abate de animais	1,60	11	2,51	01	1,45	04	148	02	0,53	10	98 119	13
Indústria de laticínios	1,49	13	2,40	03	1,36	08	109	09	0,42	17	90 245	17
Fabricação de óleos vegetais	1,33	17	2,42	02	1,30	12	119	07	0,45	15	153 599	6
Demais indústrias alimentares	1,44	14	2,03	13	1,15	19	95	12	0,47	14	231 019	3

(continua)

Tabela 13

Índices e multiplicadores totais selecionados para a economia gaúcha — 1998

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	ÍNDICE DE INTEGRAÇÃO PARA FRENTE		ÍNDICE DE INTEGRAÇÃO PARA TRÁS		MULTIPLICADOR DO VA		MULTIPLICADOR DO EMPREGO		MULTIPLICADOR DO RENDIMENTO		MULTIPLICADOR DO ICMS	
	Índice	Ranking	Índice	Ranking	Multiplicador	Ranking	Multiplicador	Ranking	Multiplicador	Ranking	Multiplicador	Ranking
Demais indústrias	1,63	10	2,07	12	1,32	11	99	11	0,53	09	204 815	5
Serviços industriais de utilidade pública	2,68	07	2,16	08	1,43	05	56	22	0,36	21	397 442	1
Construção civil	1,19	19	1,83	22	1,05	25	88	13	0,49	13	37 408	25
Comércio	4,34	04	1,97	19	1,43	06	136	04	0,89	02	44 584	21
Transportes ...	2,93	05	2,08	11	1,16	18	85	14	0,62	04	62 688	19
Comunicações	1,85	09	2,14	09	1,35	09	74	17	0,54	07	227 999	4
Instituições financeiras	2,21	08	2,19	07	1,51	02	76	16	0,59	06	41 510	23
Serviços às famílias e às empresas	4,85	03	1,89	20	1,29	13	137	03	1,01	01	41 183	24
Aluguel de imóveis	5,38	02	1,88	21	1,59	01	52	24	0,30	26	35 829	27
Administração pública	1,00	26	2,01	16	1,51	03	101	10	0,69	03	44 536	22

FONTE: PORSE, A. A. **Multiplicadores de impacto na economia gaúcha**: aplicação do modelo fechado de insumo-produto fechado de Leontief. Porto Alegre: FEE, 2002. (Documentos FEE, n. 52).

NOTA: Para Δ R\$ milhões.

Tabela 14

Participação dos setores e atividades no VAB e no emprego do RS — 1998

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	% DA ATIVIDADE NO VABpb	POSTOS DE TRABALHO (PT)	% PT DA ATIVIDADE NO TOTAL DO ESTADO	PT NÃO PRECÁRIOS DA ATIVIDADE	% DO TRABALHO NÃO PRECÁRIO NO PT TOTAL DA ATIVIDADE	% DO TRABALHO NÃO PRECÁRIO NO TOTAL DO ESTADO	RENDIMENTO DO TRABALHO (R\$ milhões)	% NO RENDIMENTO TOTAL DO ESTADO
Agropecuária	10,24	1 255 104	25,57	491 074	39,13	10,01	2 300	8,57
Indústrias metalúrgicas	2,01	53 177	1,08	42 724	80,34	0,87	367	1,37
Máquinas e tratores	1,88	44 877	0,91	40 064	89,28	0,82	351	1,31
Material eletro-eletrônico	0,92	17 826	0,36	17 227	96,64	0,35	110	0,41
Material de transporte	1,38	21 582	0,44	19 277	89,32	0,39	189	0,70
Madeira e mobiliário	1,13	81 842	1,67	66 321	81,04	1,35	434	1,62
Papel e gráfica	1,50	26 769	0,55	21 643	80,85	0,44	211	0,79
Indústria química ..	0,77	13 421	0,27	13 222	98,52	0,27	120	0,45
Indústria petroquímica	2,81	6 098	0,12	4 701	77,09	0,10	108	0,40
Calçados e couros	3,34	196 024	3,99	173 781	88,65	3,54	720	2,68
Beneficiamento de produtos vegetais	1,04	32 800	0,67	28 032	85,46	0,57	221	0,82
Indústria do fumo ..	0,78	9 803	0,20	8 378	85,46	0,17	129	0,48
Abate de animais ..	1,53	47 469	0,97	40 567	85,46	0,83	236	0,88
Indústria de laticínios	0,86	9 520	0,19	8 136	85,46	0,17	62	0,23
Fábrica de óleos vegetais	0,63	8 047	0,16	6 877	85,46	0,14	67	0,25

(continua)

Tabela 14

Participação dos setores e atividades no VAB e no emprego do RS — 1998

DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	% DA ATIVIDADE NO VABpb	POSTOS DE TRABALHO (PT)	% PT DA ATIVIDADE NO TOTAL DO ESTADO	PT NÃO PRECÁRIOS DA ATIVIDADE	% DO TRABALHO NÃO PRECÁRIO NO PT TOTAL DA ATIVIDADE	% DO TRABALHO NÃO PRECÁRIO NO TOTAL DO ESTADO	RENDIMENTO DO TRABALHO (R\$ milhões)	% NO RENDIMENTO TOTAL DO ESTADO
Demais indústrias alimentares	1,46	50 013	1,02	42 741	85,46	0,87	351	1,31
Demais indústrias	3,94	201 339	4,10	181 865	90,33	3,71	974	3,63
Serviços industriais	2,49	17 149	0,35	13 646	79,57	0,28	183	0,68
Construção civil	5,69	316 644	6,45	253 052	79,92	5,16	1 673	6,23
Total da indústria	34,15	1 154 400	23,52	982 254	85,09	20,01	6 506	24,24
Comércio	10,38	729 492	14,86	581 953	79,78	11,86	5 096	18,98
Transportes	3,54	161 108	3,28	136 104	84,48	2,77	1 449	5,40
Comunicações	1,72	17 798	0,36	14 836	83,36	0,30	222	0,83
Instituições financeiras	4,91	55 897	1,14	47 611	85,18	0,97	832	3,10
Serviços às famílias e às empresas	8,48	675 852	13,77	547 904	81,07	11,16	5 700	21,23
Aluguel de imóveis	12,09	14 783	0,30	11 222	75,91	0,23	206	0,77
Administração pública	13,94	453 902	9,25	450 257	99,20	9,17	3 650	13,60
Serviços privados não mercantis	0,54	389 394	7,93	151 443	38,89	3,09	882	3,29
Total de serviços	55,61	2 498 226	50,90	1 941 330	77,71	39,56	18 036	67,19
TOTAL	100,00	4 907 730	100,00	3 414 658	69,58	69,58	26 842	100,00

FONTE: PORSSSE, A. A. **Multiplicadores de impacto na economia gaúcha**: aplicação do modelo fechado de insumo-produto fechado de Leontief. Porto Alegre: FEE, 2002. (Documentos FEE, n. 52).

É importante que se entenda, porém, que a baixa integração para trás e a alta precariedade do emprego não secundariza a agricultura. **Nenhuma atividade que se responsabiliza pela sustentação de mais de um milhão e duzentos e cinquenta mil trabalhadores pode ser considerada secundária em qualquer sentido.** O que defendemos aqui é, tão-somente, que se explore a alta integração para a frente da agricultura, estimulando, em particular, a agroindústria (seja ela familiar, cooperativa ou capitalista), que define o grosso da demanda sobre a produção rural.³² Para além disso, seria necessário desenvolver estudos detalhados acerca das nossas importações de alimentos para fins de consumo, com vistas a identificar alternativas para a produção local em nichos de mercado que, hoje, são ocupados pela produção do resto do Brasil ou do Exterior.

Ora, no que diz respeito à estratégia de estimular a demanda agroindustrial sobre a agropecuária, a MIP esclarece-nos que setores têm o maior poder de alavancagem da economia e da agricultura por apresentarem maior integração para trás. Eles são, em ordem decrescente: **abate de animais, fabricação de óleos vegetais, indústria de laticínios, beneficiamento de produtos vegetais, indústria química e indústria de calçados couros e peles.** Com exceção da química, esses setores encontram-se, também, entre os maiores geradores de emprego (direto, indireto e “efeito renda”) do Estado, como o atesta a Tabela 10.³³

³² O mesmo argumento vale para outros setores com elevada integração para a frente, como aluguel de imóveis, serviços prestados às famílias e empresas, comércio, transporte e indústria petroquímica. Tal como para a agricultura, não estamos defendendo a tese de que não se deva ter políticas públicas para esses setores. O único que queremos chamar atenção é para o fato de que **a melhor forma de estimular o crescimento dessas atividades é estimulando o crescimento da demanda sobre as mesmas, o que envolve estimular a competitividade e a conquista de mercados dos setores que demandam aquelas atividades.** Essa também deve ser a perspectiva a informar o apoio aos setores com alto multiplicador do ICMS. Como se pode ver na Tabela 10, a maior parte dos setores com elevada contribuição ao ICMS — como serviços industriais de utilidade pública, indústria petroquímica e comunicações — apresenta elevada integração para a frente, sendo “puxados” sempre que a economia cresce. De outro lado, os setores de elevado multiplicador de ICMS e baixa integração para a frente — fabricação de óleos vegetais e demais indústrias alimentares — apresentam elevada integração para trás ou, pelo menos, elevada integração com a agricultura. Estimá-los é, portanto, uma forma eficiente de estimular a agropecuária e a arrecadação governamental.

³³ Vale lembrar ainda que, a despeito de não se encontrar entre os setores de maior integração para trás (até porque não se depara com uma oferta interna eficiente das matérias-primas que demanda), o setor moveleiro apresenta um elevado multiplicador do emprego e é um grande usuário de insumos agrícolas. Apoiar a integração para trás desse setor através de uma política de **florestamento** voltada ao atendimento de suas demandas atuais e potenciais teria conseqüências benéficas tanto para a consolidação da competitividade desse setor quanto para o enfrentamento das disparidades regionais, a geração de renda no campo e a elevação do nível de emprego do Estado.

A política para esses segmentos tem de ser múltipla. Seu carro-chefe é a conquista de novos mercados. Mas os instrumentos para tanto são os mais variados, passando pela melhoria da qualidade dos produtos (em particular, dos animais e lácteos, para os quais se deve adotar uma política de certificação), do seu *design* (em particular, dos couros e calçados) e dos canais de logística e comercialização (que incidem sobre o conjunto dessas atividades).

De outro lado, é preciso estar atento para aquelas atividades que, ao contrário da agricultura, apresentam baixa integração para a frente, não sendo facilmente “puxadas” por um bom desempenho da economia como um todo. Em particular, é preciso estar atento para aqueles setores que, por se encontrarem na fronteira tecnológica **real** da economia gaúcha, vêm apresentando elevadas taxas de crescimento relativo nos últimos anos (Tabela 4) e que, além disso, conformam a base regional necessária à endogeneização dos estímulos multiplicadores do investimento. **Pensamos aqui, em particular, nas indústrias de máquinas e tratores, material elétrico e eletrônico e material de transporte.** Esses setores necessitam tanto de apoio comercial quanto de apoio para a integração de suas cadeias produtivas através da alavancagem de investimentos a montante da cadeia.

Por fim, é preciso enfrentar os gargalos de oferta no setor serviços, especialmente no que diz respeito à **logística**, à **comercialização**, à **assistência técnico-gerencial** e ao **financiamento**. Detalhar políticas públicas articuladas com vistas à alavancagem desses setores é tarefa que transcende ao escopo deste trabalho. Contudo não podemos deixar de comentar que tais políticas devem, necessariamente, contemplar os seguintes aspectos: (a) diversificação e integração dos modais regionais de transporte, com ênfase na hidrovía e na ferrovia; (b) alavancagem (e eventual atração) de *tradings* e firmas especializadas em comércio e logística; (c) alavancagem (e eventual atração) de empresas voltadas à assistência técnico-gerencial da indústria e dos serviços regionais; (d) articulação — com apoio dos bancos e instituições financeiras públicas estaduais — do sistema regional de intermediação financeira, com vistas ao enfrentamento das inúmeras restrições legais e fiduciárias à transferência para os setores de maior rentabilidade prospectiva do excedente apropriado nos setores e atividades de maturidade superior.

6 - À guisa de conclusão

A MIP explicita de forma cabal a dependência da economia gaúcha dos mercados externos. O desempenho recente dessa mesma economia — cuja performance na primeira fase do Plano Real (1995/98) foi muito inferior à performance da segunda fase, após a desvalorização monetária (1999/02) —

vem confirmar que essa dependência é, também, o principal gargalo (no sentido de “o mais apertado”, o que “define o limite superior da produção”) da nossa economia. Enfrentá-lo é, pois, tarefa emergencial. A questão é: como?

Antes de mais nada, é preciso deixar claro que esse gargalo dificilmente pode ser enfrentado apenas pelos agentes privados, sem a contribuição do Estado. E isto, de um lado, na medida em que os custos de conquista de novos mercados são relativamente elevados (comportando uma dimensão “fixa” não desprezível) e, de outro, na medida em que os benefícios esperados dessa conquista são marcadamente incertos (variando com o câmbio, os custos de transporte e com a performance das economias e agentes importadores). É em função dessas circunscrições — e da pouca atenção dispensada pelo setor público a essa questão nos anos recentes — que as exportações brasileiras para o Exterior se encontram virtualmente estagnadas há mais de uma década, sendo quase um monopólio das grandes empresas.

O problema é que as circunscrições fiscais e financeiras dos setores públicos federal e estadual, bem como os compromissos assumidos com o enfrentamento da grave dívida social por parte dos governantes recentemente eleitos, acicatam suas possibilidades de apoiar o esforço exportador. De outro lado, a necessidade de gerar superávits comerciais expressivos com vistas a diminuir a dependência de recursos externos para refinanciamento da dívida internacional tem levado o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, a reiterar sua decisão de adotar uma política agressiva de apoio às exportações internacionais.

Entendemos que o Rio Grande do Sul tem muito a contribuir para — e a se beneficiar com — uma tal política. Mas seria um equívoco deixar exclusivamente a cargo do Governo Federal a responsabilidade pela mesma. Pelo contrário: o novo Governo gaúcho pode (e, do nosso ponto de vista, deve) fazer valer sua capacidade exportadora e de geração de superávits como instrumento de negociação junto ao Governo Federal para o repasse de recursos da União³⁴, para o enfrentamento de nossos gargalos de demanda e/ou oferta ou, pelo menos, para a flexibilização de nossos limites de endividamento interno e externo.

Simultaneamente — e ainda em função de nossas pesadas circunscrições fiscais —, entendemos que o Governo Estadual deve dividir os custos de sua política de ocupação de mercados externos (inclusive do resto do Brasil) com os empresários diretamente beneficiados pela mesma e/ou pelas associações empresariais dos setores estimulados. Mais exatamente, entendemos que essa divisão deve ser tal que o setor público só venha a ser onerado naquele

³⁴ Ou, o que pode ser ainda mais interessante, de redução do comprometimento das receitas correntes líquidas para com o serviço da dívida estadual.

montante sem o qual não se torna viável e lucrativa a conquista de novos mercados pelos agentes exportadores privados, o que, desde logo, sinaliza a possibilidade de diferenciação dos estímulos concedidos a pequenas empresas *vis-à-vis* às grandes.

E, aqui, insistimos. As atividades que devem ser privilegiadas em uma política pública de apoio à conquista de mercados externos são aquelas que — havendo já se mostrado competitivas e capazes de conquista de mercados forâneos — apresentam grande integração para trás (em particular, com a agricultura, responsável por 25% da ocupação interna) e altos multiplicadores de emprego e de arrecadação tributária. Pensamos aqui, de forma particular, nas atividades vinculadas à agroindústria, mormente **abate de animais, fabricação de óleos vegetais, indústria de laticínios, beneficiamento de produtos vegetais e indústria de calçados, couros e peles.**

No que diz respeito ao enfrentamento de nossos gargalos de oferta, cabe salientar que uma forma de diminuir o comprometimento fiscal para atração de empresas forâneas (e/ou estímulo à diversificação das empresas regionais) é centrar o foco de uma tal política naqueles “elos faltantes” a montante das cadeias produtivas mais dinâmicas. E isto porque, em tais casos, a demanda atual já aparece como estímulo (por vezes, suficiente) aos novos investimentos, o que exime o poder público de oferecer pesados subsídios para a consolidação dos mesmos. A verdade é que, via de regra, grandes subsídios só são necessários para conquistar investimentos que se mostrariam “irracionais sem subsídios”, investimentos que não são “racionais em si”, que não dialogam naturalmente com as demandas insatisfeitas do mercado interno.

Dentro dessa linha, parece-nos racional privilegiar aquelas atividades industriais que: (a) apresentam, a jusante, um volume de demanda expressivo e sustentável³⁵; (b) apresentam, a montante, elos fracos ou ausentes; (c) apresentam, por determinações estruturais, capacidade de preencher vários dos elos a jusante a partir da mobilização de recursos e competências endógenas; e (d) encontram-se na fronteira tecnológica **real**³⁶ da indústria gaúcha. Não será preciso esclarecer, após o conjunto de informações resgatado nas seções

³⁵ Vale dizer: setores que, na ponta da cadeia, já constituíram aglomerações expressivas (passíveis de evoluírem para a forma de Sistemas Locais de Produção) e claramente competitivas (cujos indícios fundamentais são a taxa de crescimento recente e a capacidade de conquista de mercados externos).

³⁶ Por oposição à fronteira tecnológica ideal, que não dialoga com as competências regionais efetivamente consolidadas nos planos universitário e **produtivo**.

anteriores, que essas características são as características fundamentais de três atividades-segmentos da indústria gaúcha: **máquinas e tratores, material de transporte e material eletro-eletrônico**.³⁷

Por fim, vale reiterar a ênfase sobre o setor serviços. O expressivo dinamismo da indústria gaúcha nos últimos 50 anos é prova suficiente de sua capacidade endógena de enfrentar os mais diversos obstáculos e gargalos internos. De outro lado, a performance satisfatória (mas inferior à industrial) do setor serviços revela a presença de obstáculos maiores para o desenvolvimento desse macrossetor, que é, justamente, o que mais cresce em nível mundial. De forma particular, é preciso atentar para as áreas já listadas de **comercialização, logística, consultoria técnico-gerencial e financiamento**. E isto na exata medida em que o enfrentamento dos gargalos de oferta desses setores funciona, ato contínuo, como instrumento de enfrentamento do nosso gargalo mais apertado, o gargalo de demanda.

Referências

- BERSTEIN, P. **Desafio aos deuses**: a fascinante história do risco. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CONTAS regionais do Brasil – 1999. Rio de Janeiro: IBGE, 2001. n. 6.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1984.
- GOLDRATT, E.; FOX, J. **A meta: um processo de aprimoramento contínuo**. São Paulo: Educator, 1997.
- HARTMAN, L. M.; SECKLER, D. Toward the application of dynamic growth theory to regions. **Journal of Regional Science**, v. 7, n. 2, p. 167-173, 1967.
- KALECKI, M. **Crescimento e ciclo das economias capitalistas**. São Paulo: Hucitec, 1977.

³⁷ Ainda visando internalizar os efeitos multiplicadores do investimento, parece-nos de suma importância garantir continuidade aos esforços do Governo Olívio para a integração a montante da cadeia da Construção Civil, a partir da consolidação do **pólo cerâmico da Campanha gaúcha**. **Esse pólo cerâmico pode e deve**, a partir de sua articulação com a produção regional de cimento, de mármore e granitos (para os quais o mesmo governo desenvolveu um programa específico de apoio), **constituir-se na pedra fundamental de um Sistema Local de Produção do “Construbusiness” na Metade Sul**.

- KALECKI, M. **Teoria da dinâmica econômica**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- LEONTIEF, W. A análise de insumo-produto. In: A ECONOMIA do insumo-produto. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MAIANETO, Adalberto A. (Coord.). **Matriz de insumo-produto — 1998**. Porto Alegre: FEE, 2002a. (CD-Rom).
- MAIA NETO, A. A. (Coord.). **Matriz de insumo-produto do Rio Grande do Sul – 1998**. Porto Alegre: FEE, 2002b. (Documentos FEE, n. 49).
- McKEE, D. et al. (Orgs.). **Regional Economics: theory and practice**. New York: Free Press, 1970.
- MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- NORTH, D. C. Location theory and regional economic growth. **Jornal of Political Economy**, v. 63, p. 243-258, Jun. 1955.
- PAIVA, C. A. A flexibilidade da rigidez de preços em Kalecki. In: POMERANZ, L. et al. (Orgs.) **Dinâmica econômica do capitalismo contemporâneo: homenagem a M. Kalecki**. São Paulo: Edusp, 2001.
- PAIVA, C. A. **Valor, preços e distribuição: de Ricardo a Marx, de Marx a nós**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 1998.
- PAIVA, Carlos A. N.; CAMPREGHER, Gláucia A. (Coord.). **Marco referencial do Plano Plurianual 2004/2007**. Porto Alegre: Secretaria da Coordenação e Planejamento, 2002. CDRom.
- PESQUISA INDUSTRIAL ANUAL — 2000. Rio de Janeiro: IBGE, v. 19, n. 1, 2002.
- PORSSE, A. A. **Multiplicadores de impacto na economia gaúcha: aplicação do modelo fechado de insumo-produto fechado de Leontief**. Porto Alegre: FEE, 2002. (Documentos FEE, n. 52).
- SCHUMPETER, J. A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.
- SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- STEINDL, J. **Maturidade e estagnação no capitalismo americano**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.